

Uma experiência participativa em programas de educação ambiental no licenciamento ambiental: A implantação do PEA Barra Longa (MG)

**PINTO, VICENTE PAULO DOS SANTOS; GUIMARÃES, MAURO; ZACARIAS, RACHEL DOS SANTOS;
FARIA, JENIFFER DE SOUZA; SOBRAL, MARCELA DE MARCO**

Uma experiência participativa em programas de educação ambiental no licenciamento ambiental: A implantação do PEA Barra Longa (MG)

GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 9, núm. 18, 2018

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552857186005>

DOI: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v9i18.635>

Todos os direitos reservados.



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Uma experiência participativa em programas de educação ambiental no licenciamento ambiental: A implantação do PEA Barra Longa (MG)

A PARTICIPATORY EXPERIENCE IN ENVIRONMENTAL EDUCATION PROGRAMS IN ENVIRONMENTAL LICENSING: THE IMPLEMENTATION OF PEA BARRA LONGA (MG)

UNA EXPERIENCIA PARTICIPATIVA EN PROGRAMAS DE EDUCACIÓN AMBIENTAL EN EL LICENCIAMIENTO AMBIENTAL: LA IMPLANTACIÓN DEL PEA BARRA LONGA (MG)

VICENTE PAULO DOS SANTOS PINTO

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

vicente.pinto@ufjf.edu.br

 <http://orcid.org/0000-0002-7841-0822>

DOI: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v9i18.635>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552857186005>

MAURO GUIMARÃES

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

guimamauro@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-4158-313X>

RACHEL DOS SANTOS ZACARIAS

Faculdades Integradas Vianna Júnior, Brasil

rachel.zacarias@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-8552-8696>

JENIFFER DE SOUZA FARIA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

jeniffersouza05@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0003-4230-5147>

Recepção: 07 Novembro 2017

Aprovação: 18 Fevereiro 2018

RESUMO:

Este artigo trata da implantação de uma proposta metodológica de educação ambiental (EA) no processo de licenciamento ambiental. Pretendeu-se gerar inovações metodológicas relacionadas aos processos de elaboração, execução e monitoramento de Programas de EA. A proposta foi realizada pelo GEA/UFJF no município de Barra Longa, MG. As ações educativas se deram em quatro fases: 1^a) reconhecimento-aproximação com a realidade local; 2^a) diagnóstico-planejamento participativo; 3^a) difusão/realização de processos educativos/formativos; 4^a) mobilização da comunidade. Como resultados marcantes da vivência contatou-se a iniciativa dos sujeitos participantes em estruturar um Coletivo visando a criação de uma associação comunitária. Quanto às inovações metodológicas propostas houve um grande investimento na formação dos dinamizadores locais para o enfrentamento dos problemas socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Licenciamento Ambiental, Metodologias Participativas.

ABSTRACT:

This article is about the implantation of a methodological proposal of environmental education (EE) within the process of environmental licensing. It was intended to engender methodological innovations related to elaboration, execution and monitoring processes of EE programmes. This proposal was accomplished by GEA-UFJF in the county of Barra Longa, MG.

The educational actions happened in four phases: 1^a) recognition-approximation with local reality; 2^a) participatory planning-diagnosis; 3^a) diffusion / realization of educational / formative processes; 4^a) community mobilization. As outstanding results of experience was contacted an initiative of the participating subjects in structure a Collective aiming the creation of a community association. About the proposed methodological innovations there was a huge investment in the formation of the local dynamizers to face the socio-environmental problems.

KEYWORDS: Environmental Education, Environmental Licensing, Participatory Methodologies.

RESUMEN:

Este artículo trata de la implantación de una propuesta metodológica de educación ambiental (EA) en el proceso de licenciamiento ambiental. Lo que se pretende es generar innovaciones metodológicas relacionados a los procesos de elaboración, ejecución y monitoreo de los programas de EA. La propuesta fue realizada por la GEA/UFJF en el municipio de Barra Longa, MG. Las acciones educativas se dieron en cuatro fases: 1º) Reconocimiento-acercamiento con la realidad local; 2º) Diagnóstico- planificación participativa; 3º) Difusión-realización de procesos educadores/formadores; 4º) Movilización de la comunidad. Como resultados notables de la vivencia se contactaron las iniciativas de los sujetos participantes en estructurar un colectivo visando la creación de una asociación comunitaria. Cuanto a las innovaciones metodológicas propuestas hubo una gran inversión en la formación de dinamizadores locales para el enfrentamiento de los problemas socio ambientales.

PALABRAS CLAVE: Educación Ambiental, Licenciamiento Ambiental, Metodologías Participativas.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata a experiência de implantação de uma Proposta Metodológica de Educação Ambiental no processo de licenciamento ambiental no município de Barra Longa (MG), realizada durante o ano de 2013, entre os meses de janeiro e novembro. Essa vivência foi parte das ações que integraram o Projeto de P&D “Educação Ambiental (EA) no processo de licenciamento: Construção Metodológica” resultante do apoio obtido através do edital da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), sob o nº 0394-0907/2010, que teve a Empresa Furnas Centrais Elétricas S/A (FURNAS) como proponente. Pretendeu-se gerar inovações metodológicas no que diz respeito aos processos de elaboração, execução e monitoramento de Programas de Educação Ambiental (PEAs) no setor elétrico brasileiro.

Em função da extensa área de atuação de Furnas, a Linha de Transmissão escolhida para aplicação do P&D foi a “Ouro Preto II – Vitória”, as equipes das Universidades Federais de Juiz de Fora (UFJF), Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Espírito Santo (UFES) realizaram estudos prévios sobre todos os municípios atravessados pela referida linha de transmissão.

Após a fase de prospecção, o município de Barra Longa, situado na bacia hidrográfica do rio Doce, na porção central de Minas Gerais, foi um dos escolhidos para ser implantado o “PEA Barra Longa, uma experiência metodológica piloto de Programa de Educação Ambiental que foi executada pelo Grupo de Educação Ambiental (GEA/UFJF) e supervisionada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS/UFRRJ).

Com base na Instrução Normativa 02-12 do IBAMA, estabeleceu-se que os sujeitos prioritários das ações educativas deveriam ser os grupos vulneráveis que se encontram em situação fragilizada de desigualdade e injustiça e que, reciprocamente, têm potencialmente maior motivação para transformar tal situação, protagonizando a reversão de assimetrias na alteração de suas condições de vida. Para tanto, o referencial teórico da Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória foi utilizado para o reconhecimento e escolha de sujeitos prioritários, bem como dos trabalhos desenvolvidos no desvelar e no enfrentamento dos conflitos socioambientais, possibilitando a mobilização e o fortalecimento desses grupos pela participação em ações coletivas de intervenção na realidade local (FURNAS, 2015).

Levando em consideração esses pressupostos e analisando os impactos socioambientais ao longo do traçado territorial da linha de transmissão, foi identificado como público-alvo das ações educativas a comunidade do Barro Branco, distrito localizado no extremo sudoeste de Barra Longa, divisa com Ponte Nova. Os

objetivos da vivência centraram-se na aplicação de uma metodologia participativa que permitisse desenvolver junto com a população local um diagnóstico socioambiental do distrito, a identificação e formação de lideranças comunitárias visando à capacitação e à potencialização da comunidade para atuar ativamente no enfrentamento dos problemas socioambientais locais.

Foram seguidas as orientações metodológicas estabelecidas para a implantação de um Programa Educação Ambiental para Licenciamento de Linhas de Transmissão definidas pela equipe pedagógica coordenadora da Proposta Metodológica, em consonância com a instrução normativa acima citada. Os pilares teórico-metodológicos que sustentaram o caminho pedagógico se basearam, principalmente, em Freire (1987; 1996), Guimarães (2001; 2004) e Loureiro (2012).

As atividades relacionadas à implantação da proposta educativa se deram em quatro fases: 1) reconhecimento-aproximação da realidade local, delimitação de público, apresentação e compartilhamento da proposta educativa; 2) realização do diagnóstico-planejamento participativo; 3) difusão de processos educativos e realização de atividades formativas; 4) mobilização da comunidade e execução das atividades de intervenção para o enfrentamento dos problemas/conflitos socioambientais locais.

RECONHECIMENTO-APROXIMAÇÃO COM REALIDADE LOCAL, DELIMITAÇÃO DE PÚBLICO, APRESENTAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DA PROPOSTA EDUCATIVA

As ações iniciais para a implantação da Proposta Metodológica de Educação Ambiental (EA) no processo de licenciamento ambiental no município de Barra Longa (MG) previam o levantamento das ações de educação ambiental já realizadas anteriormente e/ou em andamento na região; das Unidades de Conservação presentes no território; das instituições (governamentais ou não) relacionadas ao meio ambiente. Os objetivos também abarcavam identificar potencialidades, problemas e conflitos socioambientais locais; possibilidades de trabalho, práticas culturais e renda sustentáveis; movimentos sociais organizados e lideranças. Além disso, reconhecer o setor público local: a dimensão participativa no governo, políticas públicas e instrumentos de gestão; o setor produtivo; as redes estruturadas (educação, saúde, trabalho etc.); e os meios de comunicação.

O primeiro trabalho in loco do Programa de Educação Ambiental (PEA) Barra Longa se visou a aproximação entre os executores da proposta metodológica e a base socioespacial local. A equipe realizou vários contatos com as principais entidades da cidade com o objetivo de apresentar o grupo de trabalho da UFJF^[1], divulgar a reunião geral para a comunidade barralonguense que possibilitou a apresentação do projeto e divulgação da seleção de educadores ambientais locais. Além disso, foram levantados e/ou confirmados dados sociais e territoriais a partir de deslocamentos territoriais e visitas a arquivos públicos e entidades públicas do município.

Após o reconhecimento territorial da sede municipal que resultou em levantamentos de dados cartográficos, foram realizadas visitas e reuniões com os representantes da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), das Igrejas (católica e evangélica), do Programa de Saúde da Família (PSF) e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Também foram estabelecidas conversas com lideranças de moradores formalmente constituídas no âmbito das seguintes associações: Ação Comunitária de Barra Longa (ACÃO), Associação Comunitária do Morro Vermelho e a Associação de Volta da Capela. Essas reuniões serviram para a apresentação da proposta metodológica do PEA, e para cada instituição contatada foi entregue um documento chamado de Carta de Aproximação. Além disso, e fundamentalmente, os primeiros encontros serviram para a tomada de informações acerca das condições socioambientais locais a partir de diferentes sujeitos sociais, com visões e concepções ideológicas diferenciadas que refletiam as dinâmicas socioespacial e socioambiental locais.

Efetivados os contatos preliminares, foi realizada uma reunião entre os integrantes do projeto e a comunidade local no salão da Câmara Municipal, registrada abaixo (Figura 1).



Figura 1 – Reunião de Apresentação do PEA em Barra Longa

Fonte: PINTO, V.P.S.

A reunião permitiu a apresentação dos objetivos do Programa de Educação Ambiental a ser realizado. Em seguida, foi debatido com os presentes a existência de linhas de transmissão de energia elétrica no município. Os presentes puderam visualizar o traçado da LT Ouro Preto II -Vitória no mapa. Estabeleceu-se uma visão geral do município que permitiu identificar a localidade rural do Barro Branco, localizada ao sul do território municipal, como área diretamente impactada pela Linha. Este fato reforçou a escolha do município para a implementação do projeto. Estiveram presentes vereadores, agentes de saúde, professoras, funcionários da Prefeitura e da EMATER, além de pessoas da comunidade.

Concomitante às atividades descritas acima, foi feita uma campanha pela cidade com o uso de cartazes, chamadas de rádio e serviço de moto-sonorização para a divulgação do processo seletivo e contratação do educador ambiental local que atuaria nas ações educativas do Programa. O processo seletivo se deu na Casa de Cultura e foram contratadas duas bolsistas que atuaram no projeto como apoiadoras ambientais locais[2]. Selecionadas as apoiadoras ambientais, foi realizada a I Oficina de Formação dos Educadores Ambientais Locais, integrando através de processos formativos as apoiadoras locais à equipe da UFJF. Estas oficinas de formação tiveram como propósito preparar as apoiadoras locais para atuarem como verdadeiras agentes ambientais do projeto. Nas oficinas foram tratados os princípios, fundamentos e práticas de EA; conceitos de vulnerabilidade, problemas e conflitos socioambientais; temas sobre participação comunitária e empoderamento de grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental; além de tópicos sobre a gestão ambiental pública.

Realizadas as atividades iniciais no distrito-sede, as ações foram ampliadas e concentradas no distrito de Barro Branco, comunidade rural delimitada como público-alvo onde se encontravam os sujeitos prioritários dos processos educativos, a população diretamente atingida pela Linha de Transmissão Outro Preto – Vitória II.

Inicialmente, foram levantados alguns dados socioambientais junto aos moradores, com o objetivo de conhecer aspectos da realidade local. Foi possível reconhecer territorialmente a área de atuação do projeto que, além da localidade do Barro Branco, abrange outras pequenas comunidades tais como Lage, Macaco, Catinga, Fazenda Pimenteira, configurando um público em torno de 500 habitantes. Constatou-se a presença de cinco torres de transmissões de energia no entorno das comunidades, com destaque para as que foram instaladas em Catinga e Lage, pois estas encontravam-se próximas das moradias e atividades agropecuárias.

Constatou-se uma população com média de idade adulta, evidenciada pelo significativo contingente de moradores aposentados. A maior parte dos adultos ativos (homens e mulheres) trabalhava em cidades próximas, como Ponte Nova e Acaíaca, em atividades de produção de laticínios e tempero e na área de serviços gerais ou trabalhos temporários, principalmente, em colheita de café.

Verificou-se a presença de algum tipo de plantação e/ou criação de animais para consumo nas moradias visitadas. A escola municipal local atendia aos alunos até o 5º ano, e após esta série os estudantes deveriam ser deslocados para Acaíaca ou Ponte Nova, a fim de terminar a educação básica. Também foi notada em Barro Branco a falta de perspectiva de trabalho formal. Essa situação, relacionada às condições de educação e empregabilidade, forçava um deslocamento pendular dos moradores, principalmente para Ponte Nova. Este quadro se tornava mais agudo devido à ausência de transporte público na localidade.

Quanto à situação ambiental, os moradores apontavam como o maior problema a presença de esgoto a céu aberto, que corria diretamente ao córrego junto à rua de principal. O segundo maior problema mais citado foi o da destinação inadequada do lixo. Foi apurado que boa parte do lixo era queimada (papel, plástico) e outra era depositada, de forma irregular, perto do córrego ou do bambuzal na altura de uma fazenda nas proximidades. O abastecimento de água localizava-se próximo da Igreja católica, mas a maioria dos moradores possuía poços ou nascentes em sua propriedade.

Para a comunidade, de acordo com o que foi apontado nas entrevistas, a escola, o posto de saúde e o centro comunitário (espaço da prefeitura, ocupado para velórios, festas, reuniões, cursos) eram as instituições de referência. A princípio, a associação local, tutelada por um vereador de Barra Longa, não foi citada como significativa para os moradores. Não foram reveladas situações graves de violência, mas foram registradas preocupações com o aumento de consumo de drogas (maconha, crack e até cocaína). O campo de futebol era o único local para o lazer, onde, aos domingos, moradores das localidades citadas se reuniam no Barro Branco. As principais festividades registradas foram a Festa de São José, no dia 19 de março, promovida pela igreja católica, e a Festa da Família promovida pela escola, ambas para toda a comunidade.

Notou-se, a partir das falas das pessoas contatadas, a relevância da memória cultural relacionada à antiga estação de trem, lembrada por muitos, que enalteceram a linha ferroviária desativada que passava na localidade. Elas defenderam a necessidade de uma restauração, sugerindo sua adaptação como espaço cultural.

Após o primeiro conjunto de ações realizadas, a equipe da UFJF retornou para o campus de Juiz de Fora, deixando com as apoiadoras locais com a função de manter o contato com a comunidade do Barro Branco, visando ao processo de mobilização/divulgação do I Encontro Comunitário em Barro Branco, o qual seria realizado em abril como estratégia para viabilizar um processo educativo de diagnóstico participativo. Além disso, foi dada continuidade ao processo formativo das apoiadoras através do uso de recursos de educação a distância, via internet.

REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO-PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Esta fase de implantação da Proposta Metodológica de Educação Ambiental (EA) no processo de licenciamento ambiental no município de Barra Longa (MG) previa diagnosticar os impactos gerados pelo empreendimento, sua relação com os problemas, conflitos e potencialidades socioambientais da realidade local, e construir uma agenda de prioridades para definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, exigidos como condicionantes da licença.

Procurou-se também estabelecer diretrizes para as ações de intervenção com os dinamizadores junto com seus grupos de atuação, no processo de devolutiva do diagnóstico participativo. Para tanto, foi primordial planejar as ações de intervenção educativa (construção dos Projetos de EA) dos dinamizadores junto aos grupos de atuação e público em geral como resultado do seu processo formativo, para assim construir no processo de planejamento participativo indicadores de avaliação do PEA e processos de acompanhamento do PEA e demais programas socioambientais decorrentes do licenciamento ambiental do empreendimento.

Com o retorno da equipe do PEA Barra Longa ao município, foi promovida a entrega para a Prefeitura um mapa municipal (análogo e digital) elaborado pela UFJF, resultante do levantamento cartográfico realizado na etapa anterior.

Nesta fase do processo de intervenção, a ação primordial planejada foi a realização do diagnóstico-planejamento participativo (DPP) junto ao público-alvo, sujeitos prioritários do processo educativo proposto pelo Programa. Para tanto, a estratégia adotada se deu através da realização do I Encontro Comunitário em Barro Branco (PEA), Barra Longa.

A equipe PEA deslocou-se da sede do município para o distrito do Barro Branco para reforçar a mobilização, preparar o ambiente (salão comunitário), colher material no ambiente natural local para a realização da oficina participativa (galhos, folhas, sementes, pedras etc.), dentre outros aspectos relacionados aos preparativos para o Encontro Comunitário. Além disso, a equipe promoveu uma oficina de capacitação tecnológica para as apoiadoras locais conhecerem o programa Zoho Projects, utilizado como base digital do banco de dados organizado ao longo do Programa.

O I Encontro Comunitário de Barro Branco foi estruturado para que a comunidade tivesse o conhecimento e desse à equipe do PEA o consentimento público para a execução da proposta do trabalho educativo. Foram apresentados os objetivos e motivos de a equipe estar ali, e a ligação do projeto com FURNAS. Foi tecida uma exposição detalhada sobre a implantação da Linha de Transmissão Ouro Preto II – Vitória, seu histórico junto à localidade e os impactos diretos, indiretos, difusos, positivos e negativos. Num segundo momento, foi realizada uma atividade do tipo cartografia social. Foi proposta a construção de um mapa social participativo protagonizado pela comunidade local.

O público presente foi dividido em dois grandes grupos e foram construídos dois grandes painéis, pelos moradores, numa base de papel reforçado. Esses mapas visaram à representação dos principais aspectos socioambientais do território do Barro Branco, com ênfase nos problemas ambientais percebidos pelos sujeitos locais. A construção do mapa foi um momento culminante: a partir dos elementos representados em uma grande folha de papelão (Figura 2), os moradores foram conversando, discutindo; surgiram polêmicas, buscaram-se consensos possíveis (ou não!). Assim, com o material orgânico coletado no dia anterior, com mais tinta, lápis de cor e materiais decorativos, foram sendo traçados no papel os elementos constitutivos do território que emergiram nas representações sociais dos moradores sobre o Barro Branco.

Após a execução, os dois mapas foram socializados para a discussão coletiva. Os problemas indicados pelos grupos foram sistematizados em um mural na parede: falta de água, falta de água tratada, água contaminada na localidade de Macaco (presença de um poço artesanal); esgoto não tratado; destino inadequado do lixo (queimado ou jogado em lugar impróprio); o perigo na entrada de acesso ao Barro Branco na MG-262 (excesso de velocidade e falta de sinalização); problemas na comunicação local (na antena de celular).

Após o (re)conhecimento dos problemas cartografados, foi esclarecido que o levantamento então realizado serviria para que a equipe pudesse planejar as linhas de ação do processo de educação ambiental proposto. Ficou combinado que haveria um próximo encontro comunitário do Barro Branco para que fosse apresentada uma devolutiva do que foi levantado pelo diagnóstico participativo, fruto do primeiro encontro.



Figura 2 – Construção da cartografia social no Barro Branco
Fonte: PINTO, V. P.S.

Apesar das dificuldades e dos desafios inerentes ao início de um trabalho comunitário de EA, a equipe executora constatou que os objetivos de conhecer a comunidade a partir do ponto de vista dos moradores e de levantar os problemas da comunidade foram atingidos por meio da construção da cartografia social.

Durante o mês seguinte foram realizadas reuniões a distância, via Skype, com as apoiadoras ambientais locais, para que fosse dada continuidade à capacitação em EA e para o acompanhamento das repercussões do diagnóstico participativo junto à comunidade do Barro Branco, sendo assim traçadas as novas diretrizes e o cronograma para o próximo campo que seria realizado, para dar continuidade ao DPP.

Ao longo das atividades da equipe da UFJF em Barra Longo e no Barro Branco, o lapso temporal e a distância foram relativamente compensados pelo processo de mobilização/divulgação pelas apoiadoras locais durante os períodos em que o grupo de Juiz de Fora tinha que estar na sede da Universidade.

Para dar continuidade do DPP, a equipe do PEA esteve no distrito com o objetivo de conferir a situação do local onde a reunião seria realizada, solicitar o empréstimo de cadeiras junto ao PSF e canecas na escola. Além disso, conversaram com alguns moradores para reforçar o acontecimento e a importância da participação dos mesmos.

Em mais uma reunião comunitária foi dada continuidade às ações do PEA e foi apresentada a devolutiva do diagnóstico participativo realizado. Neste encontro compareceram menos pessoas se comparadas à primeira reunião, no entanto, a representatividade foi significativa. Estava presente o vereador que tinha base eleitoral na comunidade. Este se posicionou diante dos problemas socioambientais do Barro Branco, defendendo as ações da Prefeitura e sua atuação como vereador, representante da comunidade. Seu posicionamento foi criticado por alguns moradores. Após a intervenção da equipe do PEA, foi retomado o debate sobre os problemas socioambientais levantados na primeira reunião e foram analisadas as possíveis causas, consequências e alternativas para alguns daqueles problemas.

A falta de água em algumas casas da comunidade foi o primeiro problema discutido. Associado a ela levantaram a suspeita de contaminação e a falta de tratamento. Houve a lembrança de uma campanha para que todos os moradores tivessem filtros de barro em suas casas. Para estes, a alternativa aparentemente resolveria o problema da falta d'água tratada. Além disso, foi levantada a hipótese de verificar o reservatório, bem como o caminho que leva a água até as casas, e realizar uma análise para atestar a qualidade da água. A queima do lixo, vista por muitos como a melhor maneira de descarte, também foi analisada. A equipe PEA apresentou para a comunidade os possíveis riscos de se queimar o plástico. Algumas mães lembraram sobre o uso de fraldas descartáveis, e apontaram como alternativa retomar a fralda de pano.

Como desdobramento dessas discussões, emergiu, talvez, um dos pontos altos da conversa: a questão da representatividade da comunidade junto ao poder público local. Alguns participantes questionaram a efetividade da associação comunitária então existente, que tinha à época, o vereador presente na reunião como presidente.

Após quase duas horas de atividade e de reflexão, ao final da reunião, os moradores presentes no II Encontro Comunitário chegaram ao consenso sobre a necessidade de formar um grupo de trabalho onde a equipe do PEA Barra Longa pudesse auxiliar no planejamento das linhas de ação em busca de alternativas e/ou soluções para os problemas socioambientais levantados. Diante disso, a equipe sugeriu que para o próximo encontro comunitário fosse formado um grupo de trabalho constituído por moradores do Barro Branco.

Voluntariamente, algumas pessoas se comprometeram em participar e, consequentemente, comparecer no próximo encontro com o objetivo de estabelecer o plano de ação para cada problema. Dentre os presentes, 12 moradores se candidataram.

A metodologia trabalhada envolveu a discussão de pontos de vista e a reflexão dos presentes acerca dos problemas socioambientais do Barro Branco, buscando a compreensão das causas e das consequências dos problemas socioambientais vividos pela comunidade. A questão da água se revelou a mais urgente, indicando, de um lado, o envolvimento da coletividade, e, de outro, a grande dificuldade de superação do problema, revelada através da falta de formulação de propostas capazes de gerar o real enfrentamento dos problemas socioambientais. Assim, foi montado um Grupo de Trabalho, com representantes locais, que passariam a trabalhar em conjunto com a equipe do PEA, visando à elaboração de estratégias de ações que poderiam ser executadas pelos atores locais no sentido da transformação do quadro socioambiental vivenciado no distrito.

Como desdobramentos do planejamento participativo, foram realizados, pelas apoiadoras locais, processos de mobilização/divulgação junto à comunidade do Barro Branco. O III Encontro Comunitário se deu no dia 06 de julho de 2013 e teve como objetivo central instituir as linhas de ações referentes aos problemas levantados pela comunidade em reuniões anteriores. Como estratégia metodológica indicada pela equipe do PEA, os participantes presentes no evento refletiram sobre os problemas socioambientais apontados no II Encontro e foi decidido, inicialmente, pela escolha dos problemas prioritários a serem tratados, visando à construção de propostas resolutivas para o enfrentamento do mesmo. Depois de diferentes manifestações, a maioria optou por planejar as linhas de ação referentes à falta d'água na comunidade e aos impactos negativos do lixo na localidade. A partir disso, depois da discussão das causas e das consequências do problema, foram levantadas as alternativas: propostas de ações, estabelecimento de prazos, levantamento/projeção de recursos necessários e os responsáveis pelas ações. Com essa metodologia instituída, as apoiadoras locais assumiram o compromisso de alimentarem, através de encontros semanais, a execução do plano de trabalho proposto pelo grupo de moradores, dinamizando a ação das lideranças, visando à consolidação do processo firmado até aquele momento.

Para dar continuidade a este processo de planejamento das linhas de ação, a equipe PEA sugeriu que os moradores se encontrassem semanalmente para pensar nos demais problemas, com a presença das apoiadoras locais. Nesse sentido, pode ser estabelecida uma comunicação direta entre a equipe do PEA e moradores de Barro Branco durante o período que antecedeu a continuidade das ações presenciais que foram retomadas. Neste estágio do trabalho educativo, de acordo com a avaliação conjunta realizada pela equipe do PEA Barra Longa e as lideranças locais, chegou-se à conclusão de que o processo mais formal do DPP já havia sido consolidado, possibilitando – com os seus desdobramentos – que os próximos trabalhos de campo pudessem ter como foco a difusão de processos educativos e a realização de atividades formativas.

DIFUSÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS, REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES FORMATIVAS, MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

DE INTERVENÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS/CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS LOCAIS

Este último conjunto de ações previstas pela Proposta Metodológica se propôs a propiciar a difusão das informações a respeito da relação impacto-empreendimento contidos no Plano Básico Ambiental (PBA), para o público em geral e, particularmente, para o público afetado diretamente. Visou-se à produção de materiais educativos junto de grupos vulneráveis e dinamizadores para o trabalho com os problemas e conflitos socioambientais.

Com isso, esperava-se viabilizar a articulação dos agentes sociais comprometidos com a conquista de condições para a construção da sustentabilidade da realidade local e estimular a população local para o exercício da cidadania, promovendo ações solidárias pelas perspectivas participativa e política, relacionadas aos problemas socioambientais locais. Esperava-se também conquistar e/ou ampliar os espaços públicos na realidade municipal por meio da mobilização social e da intervenção nas políticas públicas, para a participação popular na defesa da sustentabilidade socioambiental do território, além de estimular alternativas de geração de trabalho e renda sustentáveis junto de todos os públicos, particularmente dos grupos vulneráveis, inserindo-as na realidade local.

Antecedendo à execução da atividade de intervenção prevista para o início de agosto de 2013, ainda na segunda quinzena de julho, as apoiadoras locais – sem a presença de professores e bolsistas da UFJF – mediaram duas reuniões na comunidade do Barro Branco. Tais reuniões foram sugeridas pela equipe PEA para que os moradores tivessem a oportunidade de dar continuidade ao planejamento do plano de ação frente aos problemas levantados em reuniões anteriores. Como fruto das reuniões, foram efetivadas ações concretas perante os problemas vivenciados: 1) foi feita uma visita por parte do grupo de moradores envolvidos pelas reuniões do PEA à propriedade adjacente ao córrego dos Macacos para tratarem do lançamento do esgoto que contaminava o curso d'água; 2) foi efetivado um abaixo-assinado, reivindicando junto ao DER-MG a melhoria do acesso ao distrito na MG-262, que colocava em risco à vida dos moradores e já havia registrado vários acidentes de trânsito; 3) outro abaixo-assinado foi encaminhado para a Prefeitura de Barra Longa, solicitando a manutenção do poço artesiano que servia para o abastecimento público de água, troca da bomba d'água e melhorias na iluminação pública. Foram colhidas cerca de 150 assinaturas.

Esses resultados indicaram a importância dessas reuniões intermediárias protagonizadas pela comunidade, evidenciando a autonomia e os processos participativos capazes de permitir o desenvolvimento do plano de ação proposto pelos moradores do Barro Branco, voltado para o enfrentamento dos problemas socioambientais.

O IV Encontro Comunitário, que se deu no formato de uma oficina (Figura 3) com o objetivo de problematizar a geração e a disposição final do lixo na comunidade.



Figura 3 – Oficina no Barro Branco

Fonte: PINTO, V. P. S

Foram abordadas possíveis alternativas, ou seja, medidas possíveis e cabíveis àquelas pessoas frente à falta de coleta pública, com a finalidade de amenizar o problema. Atrelada a esta discussão, se deu uma realização fundamental como resultado concreto e efetivo da proposta educativa do PEA: emergiu uma ação coletiva por iniciativa dos próprios moradores: os presentes deram início ao que chamaram de “Coletivo de Moradores do Barro Branco, Catinga, Lages e Macaco”. Esta atitude coletiva em comunidade significou que um determinado número de pessoas se uniu, interessadas em buscar melhorias para o Barro Branco e Comunidades. A proposta de criação, com os princípios e os objetivos do Coletivo, foi discutida e redigida num processo participativo. Em seguida, foi feita uma leitura pública por um integrante do Grupo de Trabalho, boa parte dos presentes ratificou e assinou o acordo. Dos 20 presentes, 16 deram seus nomes para constar do coletivo de moradores. Alguns moradores enfatizaram o caráter solidário da iniciativa e comentaram que não havia o objetivo de confrontação com a Associação de Moradores já existente. Segue a fala transcrita de uma de uma moradora presente no Encontro:

...a comunidade já estava sentindo que o Barro Branco está jogado, deixado de lado, sentindo a necessidade de fazer alguma coisa. Chegamos até a fazer duas reuniões, e chegamos à associação, de que ela podia fazer alguma coisa. Nós procuramos mas falavam que não ia adiantar, porque a associação não tava (sic) regularizada, não sei... então a gente perdeu a motivação. Aí parou. Só que agora com essas reuniões, a gente pensa que não vai mudar muita coisa, mas aí... não... vamos sim... se tem alguém olhando por nós né (sic)... a gente tem que acreditar na gente, o Barro Branco é nosso.

Foram colocadas questões sobre representatividade, a inatividade da Associação de Moradores já formalizada, bem como o interesse dos moradores em saber como poderiam se organizar de forma legítima. Diante disso, o que foi discutido nesse evento reforçou a necessidade de implementar um minicurso sobre associativismo para os moradores daquela comunidade. Foi estabelecido um compromisso no sentido de os ali presentes mobilizarem os demais moradores em prol da iniciativa coletiva. Ficou marcado o próximo encontro para o próximo mês.

Ao final do IV Encontro, as pessoas se deram as mãos e aqui estão transcritas as palavras que foram ditas em alto tom, a partir de uma instigação feita por uma das educadoras do PEA naquele momento: “Participação, Força, União, Possibilidade, Esperança, Respeito, Realização, Aprendizado, Amizade, Verdade, Carinho, Sabedoria, Garra”. Foi dada uma salva de palmas e, assim, todos se encaminharam para o lanche da partilha, como acontecia ao final de todos os outros Encontros Comunitários anteriores.

No dia 14 de setembro foi realizado o V Encontro Comunitário, no qual compareceram aproximadamente 20 pessoas. Inicialmente, foi abordada a questão do associativismo. Abrindo os trabalhos, a equipe do PEA

fez uma apresentação do tema e, logo após, foi realizado um debate com os presentes. Além de instigar os pressupostos teóricos, a prática, ou seja, a vivência dos moradores em relação a este tema foi colocada em pauta. Dentro os objetivos propostos, teve-se o cuidado de informar sobre outras possibilidades de organização legítima, bem como exaltar a força que um coletivo ou grupo de pessoas possui, desvinculando a ideia de uma hierarquia obrigatória, verticalizada, de cima para baixo (exemplo da figura de um presidente). Além disso, procurou-se deixar claro sobre algumas necessidades básicas para instituir uma associação, dentre elas, ter clareza dos objetivos das ações propostas e de que há diferentes níveis/formas de participação. Ao final, foi aberto espaço para que os moradores expusessem suas dúvidas. Houve um processo inicial de organização do Coletivo na direção de passos necessários para se efetivar o registro de uma associação.

No dia 16 de novembro de 2013 foi formalmente encerrado o Programa de Educação Ambiental, culminando com uma reunião festiva em que foi oportunizado o congraçamento entre a equipe de educação ambiental e os moradores do Barro Branco. Na abertura foi lida e distribuída uma carta de agradecimento dos educadores para a comunidade. Também foi entregue uma cartilha tratando do problema do lixo, resultante da oficina realizada durante o processo formativo. Foi feita uma grande roda de partilha (Figura 4), momento em que a palavra esteve aberta proporcionando uma síntese coletiva, revelando, de certa forma, o vir-a-ser do trabalho realizado.



Figura 4 – Roda de partilha no Barro Branco
Fonte: PINTO, V. P. S.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados marcantes da vivência, na escala da comunidade, contatou-se a iniciativa dos sujeitos participantes em estruturar um Coletivo no Barro Branco visando à criação de uma associação comunitária e a elaboração/realização de abaixo-assinados reivindicando junto ao poder público municipal demandas socioambientais locais. No âmbito das inovações metodológicas propostas houve um grande investimento na formação dos dinamizadores (lideranças) locais, visando ao desenvolvimento de novas habilidades e novas capacidades no sentido de articular coletivos e fortalecer os movimentos sociais para o enfrentamento dos problemas socioambientais. Infelizmente, não foi possível atingir a meta de estimular alternativas junto à população do Barro Branco, de geração de trabalho e renda sustentáveis, superando algumas dificuldades para a criação de novas possibilidades de inseri-la na realidade local. Houve limitações tanto em termos de a equipe não ser capaz de criar os dispositivos pedagógicos necessários, quanto pela adversidade enfrentada com

relação à estrutura socioeconômica local e a ausência de apoio do poder público e de parcerias com agentes privados da região.

Como resultante síntese, as ações em Barra Longa foram fundamentais para a elaboração de uma matriz avaliativa que gerou indicadores de acompanhamento das ações do PEA no processo de licenciamento ambiental, reforçando a recomendação de que um plano de trabalho para equipes executoras sempre deve estar alicerçado em metas que atendam às especificidades locais.

AGRADECIMENTOS

À Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo apoio financeiro ao P&D, e à Furnas-Centrais Elétricas S.A, pela execução da Proposta Metodológica.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 11^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FURNAS. P&D – ANNEL/FURNAS. Educação ambiental no processo de licenciamento ambiental. Diretrizes teórico-metodológicas de implantação e acompanhamento de programas de educação ambiental. Rio de Janeiro: Furnas-Centrais Elétricas S.A, 2015.
- GUIMARÃES, M. Educação Ambiental e a Gestão para a Sustentabilidade. In: J. E. SANTOS & M. SATO (orgs.) A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora. São Carlos/SP: Rima Editora, 2001.
- _____. A Formação de Educadores Ambientais. Campinas: Papirus, 2004.
- LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental no licenciamento ambiental: cenário atual, caracterização, pressupostos e especificidade. Rio de Janeiro: FURNAS, 2012. (Texto impresso).

NOTAS

- [1] A equipe da UFJF foi integrada por cinco educadores: um coordenador/geógrafo, uma educadora ambiental/pedagoga, uma mestrandona em Educação, uma especialista em Administração Pública e um bolsista de IC/graduando em Geografia; todos inseridos no campo da educação ambiental. Juntamente com as duas apoiadoras ambientais locais constituiu-se o chamado de Grupo do PEA Barra Longa.
- [2] As duas apoiadoras ambientais locais atuaram durante toda a realização do projeto, servindo de elo entre a equipe da UFJF e a população local. Ao longo de todas as etapas metodológicas tiveram um papel fundamental em termos da divulgação das ações que foram realizadas, campanhas de educomunicação, mobilização da comunidade, apoio na preparação das atividades pedagógicas e levantamentos de dados primários e secundários para as pesquisas e diagnósticos realizados.